

Dora Kramer*

Kassab joga hoje de olho no amanhã

Interessante, mas ainda confuso, o jogo da oposição para a eleição presidencial. Já deu para entender que a dispersão de candidaturas empurra a decisão para o segundo turno.

Até aí, nada de novo. Se já seria quase impossível Luiz Inácio da Silva (PT) levar a reeleição no primeiro, muito mais improvável que isso aconteça num cenário diversificado, com o eleitorado dividido em várias opções.

A primeira vista, a jogada de Gilberto Kassab de juntar Ronaldo Caiado, Eduardo Leite e Ratinho Junior no PSD que preside não combina com o conceito da dispersão pragmática, pois reduz a lista de pretendentes à Presidência da República.

A menos que sejam outros os planos de Kassab, expert na arte de dar uma cartada de olho em algumas casas adiante. Provocado a explicar o lance, sai pela tangente: "É tudo muito simples. Foi feito um acordo e quem estiver melhor no início de abril, será o candidato".

Há mais caroço debaixo desse angu. Com três governadores sob seu guarda-chuva, mais Raquel Lyra,

de Pernambuco, e Tarcísio de Freitas (Republicanos), de São Paulo, ainda como aliado preferencial, o ex-prefeito paulistano parece mesmo interessado em reunir forças para ocupar lugar de destaque nas negociações -que ainda não começaram de verdade.

Acumula cartas altas neste início para lá na frente jogá-las na mesa como for mais conveniente. Por ora embaraça as peças, faz notícia, cria fatos e se coloca na cena como interlocutor credenciado a negociar, retirando de Lula (PT) e Jair Bolsonaro (PL) a exclusividade da prerrogativa.

Enquanto esses dois se movimentam comodamente na dinâmica das torcidas, Kassab faz política na posse de uma cartilha arguta de atração em detrimento da exclusão. Abre espaço para atrair a direita refratária aos ditames bolsonaristas e dá opção ao centro arrependido de ter caído no conto petista da frente ampla.

Vai dar certo? Sabe-se lá. Se não der, o recuo tático é uma possibilidade à disposição de projetos de renovação geracional com vista a um 2030 que está logo ali.

Aristóteles Drummond

Grandes brasileiras

Ponto pacífico na opinião dos brasileiros de bom senso é que a princesa Isabel foi a maior das brasileiras. Mas a galeria tem outros exemplos, nem sempre com a divulgação merecida. A publicidade é mais voltada para as artistas, como Tônia Carrero, Fernanda Montenegro e a filha Torres, Tereza Rachel, ou escritoras, como Rachel de Queiroz, Adalgisa Nery, Clarice Lispector e Nélida Piñon, entre outras.

Uma das mulheres que merecem ser sempre lembradas pela vida exemplar foi a professora, jurista, educadora Esther de Figueiredo Ferraz, que acaba de ganhar preciosa biografia deste notável militante da cultura que é Gabriel Kwak.

Esther foi advogada, criminalista relevante, professora universitária e pioneira como mulher em muitas funções. Marcou sua época, assim como dois de seus irmãos, um deles prefeito da cidade de São Paulo e outro vereador de muitos mandatos na capital paulista.

Esther foi a primeira mulher a ocupar um Ministério de Estado no Brasil, justamente na Educação, no governo do Presidente João Figueiredo, tendo, entre as

referências elogiosas a seu trabalho, o depoimento do correto e isento de Cristovam Buarque, ex-ministro da Educação e reitor da UNB. Foi também a primeira mulher reitora de Universidade -Mackenzie. Nos anos 70 foi secretaria de Educação do Estado de São Paulo. E autora de livros, ocupou uma cadeira na Academia Paulista de Letras. Suave, educada, equilibrada, ponderada sem passionamento ideológico de mal gosto como tem sido comum nas militantes.

Na mesma época, do regime militar, foi também que o Senado Federal recebeu sua primeira senadora, Eunice Michiles, da Arena do Amazonas. Na época, o apoio à participação das mulheres na vida pública se dava pelo mérito de cada uma delas e não pelo sexo ou pela fidelidade ideológica.

Quando o Brasil aspira renovação e pluralismo, ganha importância estes registros históricos, como os de Esther de Figueiredo Ferraz, e a militância correta de intelectuais, como a do promissor jovem Gabriel Kwak, que logo logo vai atingir a relevância que merece no mundo intelectual brasileiro.

Victor Corrêa*

O peso invisível do início do ano

O ano vira, e a vida continua. Todo janeiro repete o mesmo enredo.

Pouco antes da virada, a roupa nova já está ali, muitas vezes ainda com a etiqueta, aguardando o momento que promete a grande mudança. "Agora vai!", pensa quem, entre rituais e promessas, arriscou a sorte na Mega-Sena — mesmo sabendo que a chance de acerto é de uma em mais de 50 milhões.

A cor branca domina a cena, basta observar a multidão em COPACABANA ou em qualquer outro canto do país. Tem quem vá além na superstição e escolha cores específicas: verde para a esperança, amarelo para o dinheiro e o vermelho, associado ao amor.

É justamente essa mesma cor vibrante, o vermelho, que assombra boa parte dos brasileiros logo no dia 1º de janeiro — não como símbolo de paixão, mas como a realidade do extrato bancário, mesmo para quem cumpriu alguns dos rituais de prosperidade, como pular as sete ondas e comer as sete uvas debaixo da mesa.

Datas simbólicas criam a ilusão de ruptura com o passado, mesmo que a vida concreta não mude. Quando a promessa simbólica não se realiza, surge frustração, culpa e sensação de fracasso precoce. O mês da "esperança" é também um mês de sofrimento silencioso.

Neste ponto, o problema deixa de ser individual e

revela uma falha sistêmica. O Brasil tem uma das maiores prevalências de transtornos de ansiedade do mundo, segundo a OMS

— mas os números só contam parte da história. Violência urbana, desigualdade, excesso digital e fenômenos recentes, como as apostas online e o adoecimento precoce de adolescentes, aumentam a pressão sobre a saúde mental.

A rede pública de atenção psicossocial é previsível em políticas públicas, mas muitas vezes falha na prática. A demora no atendimento e a falta de acompanhamento tornam o cuidado precário — e o sofrimento, invisível.

Como dizia Millôr Fernandes: "o otimista não sabe o que o espera". O problema não é a esperança em si, mas acreditar que um mês ou uma cor deem conta do que exige cuidado o ano inteiro.

No fim das contas, mais importante do que qualquer símbolo ou boleto é garantir condições emocionais para atravessar o desconhecido. Janeiro passa, mas a nossa mente nos acompanha em cada etapa desses doze meses que virão.

*Jornalista, mestre e doutorando em Gestão e Políticas Públicas pela Fundação Getúlio Vargas (FGV).

EDITORIAL

E quando a rede erra?

As redes sociais se tornaram uma das maiores forças de mobilização do nosso tempo. Graças a elas, causas ganham visibilidade, campanhas solidárias arrecadam recursos em horas e injustiças que antes ficariam restritas a um bairro ou a uma cidade pequena hoje alcançam o país inteiro. Há um lado virtuoso nessa engrenagem digital: dar voz a quem não tem, pressionar autoridades, sensibilizar a opinião pública e transformar indignação em ação concreta.

O caso da morte do cachorro Orelha é um exemplo disso. A comunicação nacional, a mobilização por justiça e a pressão popular mostram como a internet pode amplificar uma causa legítima. O problema começa quando a pressa em apontar culpados, a sede por engajamento e a lógica do compartilhamento sem checagem transformam a rede em tribunal. Nesse ambiente, nomes viram alvos, perfis são caçados e pessoas comuns passam a ser tratadas como vilãs, mesmo sem qualquer ligação com o fato.

Foi o que aconteceu com um menino do interior de São Paulo, que tem o mesmo nome de um dos jovens envolvidos no caso, com a única diferença de uma letra no sobrenome, escrito com S ou com Z. Bastou essa coincidência para que ele fosse confundido, exposto e atacado virtualmente. A partir daí, a engrenagem da desinformação fez o resto: prints, mensagens, ameaças e uma avalanche de ódio que não distingue inocentes de culpados. Para

quem está do outro lado da tela, não existe nuances. Existe apenas o impulso de atacar.

Esse tipo de erro revela o lado mais cruel das redes sociais. A mesma ferramenta que ajuda a viralizar campanhas do bem também potencializa linchamentos morais. A mesma plataforma que conecta pessoas também desumaniza, reduzindo indivíduos a nomes, fotos e rótulos. Quando isso acontece, a justiça deixa de ser um valor e vira espetáculo. O que deveria ser cobrança por responsabilização se transforma em caça às bruxas.

É preciso refletir sobre esse paradoxo. Defender causas justas não pode significar atropelar direitos básicos, como o de não ser acusado sem provas. A indignação é legítima, mas ela não pode ser combustível para destruir a vida de quem nada tem a ver com o caso. Cada compartilhamento impensado, cada comentário agressivo, cada exposição irresponsável contribui para um ambiente em que a verdade importa menos do que a velocidade.

As redes sociais não são boas ou más por si só. Elas refletem escoelhas humanas. Cabe a cada usuário decidir se vai usá-las para informar, mobilizar e ajudar, ou para julgar, atacar e destruir. O caso do menino confundido por causa de uma letra no sobrenome é um alerta. Na era digital, um erro mínimo pode gerar um estrago máximo. E, muitas vezes, quem paga o preço é justamente quem não tem culpa alguma.

Opinião do leitor

Eleições

A entrada de Ronaldo Caiado no PSD mostra como o jogo político está cada vez mais dividido na direita, com o setor conservador tentando ser a terceira via. Resta saber se isso continuará até outubro ou não.

Marcos Alcântara Figueira
Rio de Janeiro - Rio de Janeiro